16 a 19 NOV/2021 AMBIENTE VIRTUAL
X Jornada Internacional Políticas Públicas
TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

"QUESTÃO SOCIAL" E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: bases histórico-concretas e expressões contemporâneas

Ermildes Lima da Silva[1]

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir com o debate teórico-analítico sobre "questão social", especialmente nas suas determinações histórico-concretas e em suas expressões contemporâneas. Situa a análise da "questão social" com base na lei geral da acumulação capitalista e na concretude das relações sociais que a particulariza no contexto da crise estrutural do capital. O estudo aqui apresentado orienta-se pelo método marxista, na dialética de compreender os elementos estruturais e conjunturais da realidade, a partir de uma análise bibliográfica. Nota-se que no quadro de aprofundamento da crise, as mudanças afetaram desde a base material do capital quanto as bases ideopolíticas para sua legitimação socioeconômica.

Palavras-chave: Questão social; Crise do Capital; Transformações societárias.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the theoretical-analytical debate on the "social issue", especially in its historical-concrete determinations and in its contemporary expressions. It situates the analysis of the "social issue" based on the general law of capitalist accumulation and on the concreteness of the social relations that particularize it in the context of the structural crisis of capital. The study presented here is guided by the Marxist method, in the dialectic of understanding the structural and conjunctural elements of reality, based on a bibliographical analysis. It is noted that in the deepening of the crisis, the changes have affected both the material base of capital and the ideopolitical bases for its socioeconomic legitimation.

Keywords: Social issue; Crisis of capital; Societal transformations.

1 INTRODUÇÃO

Muitos têm sido os investimentos teórico-analíticos para compreensão da "questão social" e sua vinculação orgânica com o capitalismo, sobretudo a partir do legado de maturação profissional vivenciado no Serviço Social brasileiro desde os

[1] Assistente Social, doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). E-mail: ermildeslima@gmail.com.

anos 1980. No lastro dessa compreensão, a análise da "questão social" aqui proposta, situa suas bases na *lei geral da acumulação capitalista*, isto é, nos fundamentos da exploração do trabalho pelo capital e no seu aprofundamento, no quadro da *crise estrutural do capital*.

A chave analítica consiste em entender a "questão social" na sua determinação material e na história, o que implica situá-la na concretude das relações sociais que a particulariza no contexto da crise estrutural do capital. A história, em seus movimentos e contradições, elucida novas configurações a "questão social", novos desafios ao seu desvendamento e as lutas de classes.

A base teórica deste trabalho provém do campo marxista, especialmente das formulações de Marx, no capítulo 23 d'O Capital, livro I, cujo rigor ilustra o seu compromisso com o método e nos possibilita apreender as determinações da exploração da classe trabalhadora. Desta feita, a acumulação capitalista evidencia as razões do acúmulo de riqueza e a pauperização cada vez mais crescente da classe trabalhadora.

Tem-se como desafio de análise perquirir a forma contemporânea que adquire a lei geral da acumulação capitalista, em suas mediações geopolíticas, nacionais e socioculturais para apreensão da "questão social" em sua processualidade histórica, no enlace entre a sua base concreta e as suas expressões contemporâneas. Desta feita, parece-nos fundamental as contribuições de Mészáros (2011) sobre a crise estrutural do capital, sobretudo ao indicar que as crises não são mero efeito factual de dadas condições econômicas, mas uma crise crônica, cumulativa e permanente dado os limites do capital e seu caráter destrutivo.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em três tópicos. No primeiro serão discutidas as determinações histórica-concretas da "questão social". No segundo, intitulado *Crise estrutural do capital e expressões contemporâneas da "questão social",* busca-se discutir a crise estrutural do capital e seus rebatimentos para o aprofundamento da "questão social", bem como as formas contemporâneas e seus enfrentamentos. Por fim, as considerações finais que apresentam elementos provisórios, sujeitos a crítica e maturação.

2. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E AS RAÍZES DA "QUESTÃO SOCIAL"

Em 1867, Marx em *O capital*, capítulo 23, chamado "A lei geral da acumulação capitalista" explícitou aspectos fundamentais para a compreensão da dinâmica de valorização do valor e a demanda crescente da força de trabalho para a acumulação. Nas palavras de Marx "acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado" (MARX, 2017, p. 690). Ao elucidar as leis da acumulação e suas implicações para a classe trabalhadora, o autor desvelou as determinações da pauperização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Marx nos apresenta o caráter antagônico da acumulação capitalista, vez que quanto maior capital é acumulado, maior a degradação do trabalhador. Assim, a acumulação:

> ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, *a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria*, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2017, p. 721 [grifos meu]).

Longe de qualquer explicação natural do processo de subordinação do trabalho ao capital, o autor descortina a lei absoluta desse modo de produção: a produção de trabalho excedente - mais-valor. A valorização do capital ocorre na produção de mercadorias que contém trabalho não pago pelo capitalista e realizar-se-á na venda das mercadorias. A produção de bens não tem como função precípua atender as necessidades humano-sociais, voltada a geração de valores de uso, mas sim, produzir capital adicional, produzir valores de troca.

A produção social está subordinada aos imperativos da reprodução do capital, uma vez que "num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador" (MARX, 2017, p. 697). Como a força de trabalho é também uma mercadoria, sua constante redução por meio do que Marx analisou como concentração e centralização de capitais reduzem a demanda relativa de trabalho vivo.

A reprodução ampliada do capital e a simbiose entre o capital constante e o capital variável transformam-se conforme diferentes condições histórico-concretas, ocasionando o aumento da parte constante em detrimento do capital variável. A crescente centralização e a acumulação de capitais perfaz variações na composição do capital, “uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas" (MARX, 2017, p. 704). A diminuição relativa do seu componente variável junto ao aumento absoluto da massa trabalhadora, “produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (*Ibid*., p. 705).

Marx expôs o quanto é necessário a reprodução da classe trabalhadora supranumerária, vez que essa superpopulação se converte em fermento para acumulação capitalista. É salutar entender que a geração da superpopulação está entrelaçada ao sobretrabalho de parte ocupada da classe trabalhadora. Também chamada de exército industrial de reserva, essa superpopulação é condição de existência do modo de produção capitalista, em outros termos, não existe capitalismo sem a reprodução ampliada de desemprego, de indivíduos aptos a vender sua força de trabalho sob condições e relações degradantes e exploratórias.

> Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza (MARX, 2017, p. 719).

Em termos gerais, esta lei apresenta as bases ontológicas da “questão social”, sobretudo, por desnudar as determinações da pauperização da classe trabalhadora no início do processo de industrialização europeia, no curso do século XIX. A força expansiva do capital produz, ao mesmo tempo, acumulação de riqueza e aumento do pauperismo. Conforme Netto (2001, p. 42), o pauperismo apresenta-se como um fenômeno novo, sem precedentes, pois “se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição de bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava”.

Para Netto (2001, p.43) a designação do pauperismo pela expressão “questão social” está diretamente relacionada aos seus desdobramentos sócio-políticos, para o autor “lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação (...) Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’”.

Nesse sentido, Pimentel (2012, p. 38) também contribui para a compreensão das raízes da “questão social”, vinculadas diretamente à exploração do trabalho no capitalismo e da luta da classe operária ao acesso da riqueza socialmente produzida. Daí a chave de análise proposta pela autora supramencionada: analisar o fenômeno “questão social” não apenas no seu aspecto político, mas considerando a base material (base econômica) que o gera.

Desta feita, o conceito[2] “questão social” tem uma história recente, surge na terceira década do século XIX. No campo do fenômeno, as bases materiais e sociopolíticas da “questão social” apresentam significativas singularidades quando consideradas as diversas condições histórico-concretas que particularizam o desenvolvimento do capitalismo em suas formas desiguais e combinadas. O caráter antagônico da acumulação, assentado na exploração do trabalho é universal no capitalismo, especialmente a partir do que Chesnais (1996) chama de *mundialização do capital*. Contudo, ao debruçarmos nas relações sociais produzidas em situações históricas particulares, coloca-se o desafio teórico de entender a "questão social" vinculada as diversas formações econômico-sociais. Foge dos limites deste trabalho uma análise da "questão social" a partir da dinâmica da realidade brasileira, por tal motivo, a abordagem aqui apresentada está situada nos seus aspectos mais gerais.

Conforme já suscitado por Netto (2012, p. 208) apreender a “questão social” nos coloca diante do problema teórico de “determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração”. Assim, é de fundamental importância considerar a forma contemporânea que adquire a lei geral

[2] Santos (2012) argumenta que a “questão social” não pode ser elevada ao estatuto de uma categoria analítica, no sentido marxiano, como “forma de ser, determinação da existência”, devendo ser entendida como um conceito de natureza reflexiva.

da acumulação capitalista, em suas mediações geopolíticas, nacionais e socioculturais.

As contradições engendradas pelo capitalismo, desde a relação capital/trabalho à inserção e posição ocupada pelos diversos países na ordem capitalista internacional, se aprofundaram na virada do século XIX para XX, demarcando o imperialismo moderno e consolidação da era do capital. Os últimos cinquenta anos reverbera seu ápice, com a mundialização do capital, sob a direção e a dominância do capital financeiro (CHESNAIS, 1996; FILGUEIRAS, 2018).

Assim, a reprodução do capital assume formas diferentes ao longo da história do capitalismo. Essas formas têm relevância para apreender as expressões contemporâneas da "questão social", vez que a dinâmica da luta de classes, as características assumidas pelo Estado burguês, a política econômica adotada pelos governos e as novas determinações do mundo do trabalho e morfologia da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009) colocam em evidência o acirramento dos domínios do capital e as lutas e resistências protagonizadas pela classe trabalhadora em cada momento histórico.

É a partir dessa compreensão, que nas linhas seguintes, será apresentado um panorama das transformações societárias em curso desde 1970, nos marcos da crise estrutural do capital.

3. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA "QUESTÃO SOCIAL"

István Mészáros (2011) nos apresentou uma lúcida analise sobre a crise estrutural do capital e suas condições de aprofundamento em todos os domínios da vida social, econômica e cultural. A crise em aprofundamento escancara "o crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada" (*Ibid*., p. 25), dado o caráter *destrutivo* do sistema sociometabólico do capital. Nestes termos, a crise estrutural do capital não se resume a uma crise financeira, "mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual

momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza" (*Ibid.*, p. 29).

Em oposição as práticas reformistas e o suposto "capitalismo organizado" que marcou o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, o autor alerta para a emergência de uma nova fase da crise capitalista. Trata-se de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente que escancara os limites do capital e as sérias ameaças impostas ao desenvolvimento da humanidade.

A emergência de crises é inerente ao desenvolvimento capitalista e revelam as contradições do sistema sociometabólico, dentre elas, a contradição fundamental: a produção social de riqueza e a sua apropriação privada. Elas deflagram condições para a restauração da taxa tendencial do lucro, coloca em patamar cada vez mais complexo as condições de acumulação e, consequentemente, aguça as bases histórico-concretas e sociopolíticas da "questão social".

Embora os impactos da crise atinjam a totalidade da vida social, na relação capital/trabalho, seus efeitos são muito mais deletérios para a classe trabalhadora, cujo processo de subsunção real do trabalho ao capital é intensificado. A classe-que-vive-do-trabalho, para utilizar a expressão utilizada por Antunes (2009), é afetada diretamente na sua materialidade e subjetividade pelas condições do mercado de trabalho, pelas perdas salariais e retração dos mecanismos públicos de proteção social, pelo aumento do desemprego, o crescimento do exército industrial de reserva e enfraquecimento da capacidade organizativa das estruturas sindicais e partidárias e do conjunto de lutas sociais que tenham no horizonte a transformação radical desta sociabilidade.

Netto (2012) classifica de *tardo-capitalismo* o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias em curso desde os anos 1970. Os anos seguintes a esse processo de restauração, conformam a tríplice apresentada pelo autor: flexibilização, desregulamentação e privatização. A flexibilização e desregulamentação ampliam as atividades de natureza financeira, cada vez menos submetidas aos controles estatal-nacionais. A privatização, por sua vez, transfere para o grande capital riquezas públicas e mercantiliza todas as esferas da vida social, liquidando da esfera pública os sistemas de seguridade social.

Nos anos 1980, à medida que a crise se aprofunda, as classes dominantes lançam suas bases ideopolíticas para legitimação socioeconômica. É nessa perspectiva que o Estado exerce um papel fundamental, de favorecimento dos superlucros, patrocinando alterações no padrão de acumulação e reprodução. O Estado torna-se o grande agente da tríade supramencionada, porquanto atua

> ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas (NETTO, 2011, p. 25 [grifos do autor]).

Assim, os Estados-nacionais assumem o papel de indutores da acumulação capitalista, submetidos aos interesses das grandes corporações internacionais. É interessante observar como esse processo se exacerba nos países da América Latina, especialmente no tocante ao crédito externo, quando se amplia a *dívida* externa*,* e obriga tais países a exportar capitais para o pagamento dos juros e dos empréstimos recebidos via organismos multilateriais. Amplia-se assim a dependência, forma *sui generis* do capitalismo latino-americano (MARINI, 2000).

Os anos 1990 intensifica a ofensiva neoliberal, mostra-se a face deletéria das medidas de ajustes*,* com um intenso processo de privatização de bens e serviços públicos, como ocorre com a política de previdência e saúde, ao passo que se amplia a precarização social do trabalho. Tanto no campo dos direitos sociais, quanto trabalhistas há uma retração das conquistas históricas da classe trabalhadora, cujos processos de exploração e miséria são crescentes. Tem-se atualizada as bases da acumulação capitalista, a expansão da riqueza e a miséria simultâneas.

O padrão de intervenção nas expressões da “questão social” adquire novos contornos. Se por um lado há um aguçamento de suas bases materiais pelo crescimento da pauperização absoluta e relativa da classe trabalhadora, há simultaneamente ações residuais e focalizadas, marcadas sobretudo pela transferência de ações para a sociedade civil – processo caracterizado por Yazbek (1995) de refilantropização da “questão social”.

No tocante as estratégias de enfrentamento às expressões da "questão social", Netto (2012) alude a duas formas: o *militarismo* da vida social - verdadeiro estado de guerra permanente e, o *novo assistencialismo*, a nova filantropia. O militarismo da vida social demostra que a repressão se torna política estatal para gestão "das classes perigosas". O Estado penal e suas ações repressivas atingem diretamente pobres, desempregados, trabalhadores informais, imigrantes, comunidades periféricas que se abrigam por meio da guerra permanente, lançando luz a política criminal, como parte estruturante da lei e da ordem na sociabilidade do capital. Expressões desse intenso processo de militarização da vida social são o auto índice de encarceramento da população e o genocídio de jovens negros, num entrelaçamento dialético entre racismo estrutural[3] e sistema capitalista.

O novo assistencialismo e a nova filantropia saturam as várias iniciativas nacionais e supranacionais, estatais e privadas que configuraram as políticas sociais implementadas desde 1980-1990 para enfrentamento às expressões da "questão social" na cena contemporânea. As políticas sociais, dado seu caráter focalizado, são dirigidas aos chamados "excluídos", e seu objetivo não é a eliminação da pobreza, e sim, mitigar a penúria mais extrema, a indigência no confronto à pobreza absoluta.

Na América Latina ganha expressividade os programas de transferência de renda, e embora tenham efeito imediato sobre o cotidiano de um conjunto de indivíduos, não "conjugam efetivamente com transformações estruturais (e esta é uma das condições políticas para que o tardo-capitalismo os suporte), tais programas, formalmente emergenciais, acabam por cronificar-se como basicamente assistencialistas" (NETTO, 2012, p. 220).

Na primeira década dos anos 2000, precisamente na crise aprofundada em 2008, a dinâmica da crise estrutural do capital se evidenciou mais uma vez, demonstrando que as crises do sistema sociometabólico do capital não é um fenômeno factual, mas constitutivo da natureza contraditória do desenvolvimento capitalista, ao potencializar sua reprodução ampliada. Assim, entre 2008-2009 nos

[3] Silvio de Almeida nos apresenta uma boa referência para o tema. Para o autor, o racismo se constitui de forma estrutural no processo de reprodução das relações sociais, é um "elemento que integra a organização econômica e política da sociedade". ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

Estados Unidos, 2011-2012 na Europa e ao longo dos anos em diversos países da América Latina – como no Brasil, o que vimos foram os governos doando bilhões para o capital às custas do atendimento das necessidades da classe trabalhadora. Verificasse-se um intenso processo de extração do mais-valor, de expropriação de direitos e uso massivo dos fundos públicos.

A partir dos 2000 a ofensiva ideopolítica e as estratégias de enfrentamento da crise transitam por um dado "*juízo moral* que, ao criticar os maus e desonestos capitalistas – qualificados de especuladores irresponsáveis −, defende o capitalismo *sério, real, produtivo, democrático e redistributivo" (MOTA, 2012, p. 0*4). O discurso hegemônico de enfrentamento à crise do capital revela-se como uma tentativa de restauração da ordem, capitaneado por governos de centro-esquerda, sobretudo na América Latina, na busca por conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social.

Com o processo desencadeado pela pandemia mundial da Covid-19, em 2020, no lastro da crise estrutural do capital, verifica-se a consubstancialidade de variadas crises: econômica, sanitária, político-ideológica e institucional. Longe de ser uma "gripezinha", a pandemia global descortinou as contradições do capitalismo e revelou o acirramento da "questão social" em múltiplas dimensões[4].

Nessa esteira, há mudanças substantivas nas condições e relações de trabalho. Assim, o discurso de exaltação do autoemprego, empreendedorismo e multifuncionalidade ganha funcionalidade e redefine a divisão social e técnica do trabalho. A nova processualidade histórica transita entre as interações das novas e velhas tendências de reprodução e valorização do capital e conformam complexos econômicos, sociais, políticos e culturais no movimento do real, em sua totalidade concreta.

Dardot e Laval (2016) apresentam uma análise pertinente sobre o capitalismo contemporâneo, especialmente a partir da identificação do *neoliberalismo como*

[4] Sem dúvidas a pandemia do novo coronavírus provocou alterações substantivas em todas as esferas da vida social, demandando uma analise rigorosa para compreender suas determinações concretas e seus elementos novos. Contudo, foge da competência deste trabalho uma análise sistemática desse processo, especialmente diante do cenário caótico da pandemia sob gestão do governo Bolsonaro, para demarcar a particularidade brasileira, que não ocasionalmente ocupa a 2ª posição no ranking de mortes provocadas pela Covid-19.

racionalidade. Para os autores, o neoliberalismo não constitui apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica, mas sim um "sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida" (*Ibid*., p. 07).

> O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência,* isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da "modernidade". Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em uma luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obrigada a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instalado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16).

A longa citação acima é considerada necessária por condensar uma contundente síntese do neoliberalismo como racionalidade, como norma que molda as relações econômicas globais, as políticas de enfrentamento à "questão social" e as subjetividades forjadas nesse terreno histórico. Nessa linha, há um intenso processo de individualização das relações sociais. As medidas históricas de *consciência de classe* são tergiversadas para a ajuda mútua, pela ênfase no individuo, cooptado pela lógica liberal e empresarial do indivíduo como "gestor de si".

Em razão desse panorama, que não pode ser tomado apenas como pano de fundo, mas como solo sócio-histórico das relações sociais, é que a "questão social" se agudiza. Os mecanismos de produção e reprodução da desigualdade social e da concentração de renda crescem e lança luz ao que Netto (2012) vem classificando de barbárie contemporânea.

Na esfera do trabalho, a razão neoliberal se apresenta no desemprego estrutural, no trabalho precarizado, intermitente, temporário, informal, por pessoa jurídica, por projeto, terceirização para atividades meio e fins, em que se expande a superpopulação flutuante, latente e estagnada, conforme descrita por Marx (2017). As formas de exploração do trabalho e de existência da superpopulação ganham

concretude nestas novas formas de trabalho, advindas da reestruturação do capital e do neoliberalismo.

Antunes (2018) argumenta que a instabilidade e a insegurança são traços característicos dessas modalidades de trabalho. A retórica sobre liberdade, autonomia, livre-mercado, "patrão de si", empreendedorismo, entre outras expressões, mascaram a face desumana, de sujeição, sofrimento e precarização do trabalho nos novos tempos. Evidencia-se no presente, a constituição e expansão do *proletariado de serviços* a nível mundial, especialmente a partir do impulso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

O fenômeno da uberização[5] do trabalho elucida essa expansão do proletariado de serviços como tendência de reorganização do trabalho sob novas formas de controle, gerenciamento e subordinação. É caracterizada pela prestação de serviços por meio de plataformas digitais, com formas contratuais à margem das legislações trabalhista e previdenciária. Para Ludmila Abilio (2019, p. 2), a uberização se faz por meio de múltiplos processos que envolvem três elementos entrecruzados: as "transformações no papel do Estado; novas formas de gerenciamento propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico (...) além de modos de subjetivação que hoje vêm sendo associados ao empreendedorismo".

A uberização resulta de processos globais em curso há décadas, cujas transformações operadas no padrão de reprodução do capital e no mundo do trabalho materializam um novo estágio nesse processo, uma forma contemporânea de subordinação do trabalho ao capital. O trabalhador uberizado arca com riscos e custos de sua atividade, é inteiramente desprovido de garantias, direitos ou segurança associados ao trabalho e é recrutado e remunerado sob novas lógicas, uma vez que "estão em jogo novas formas de gerenciamento, controle e vigilância do trabalho, por meio das programações algorítmicas" (ABILIO, 2019, p. 02).

[5] Por **uberização** do trabalho entende-se um "novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho". Ainda segundo a autora, "consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação". Cf: ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: individuo y sociedade**. Vol. 18, n. 3, nov/2019, p.10.

É preciso, portanto, situá-la processualmente, no contexto de crise estrutural do capital, de flexibilização das legislações e direitos trabalhistas e previdenciários, coroada com as políticas e racionalidade neoliberais. É nessa trilha que Dardot e Laval (2016, p. 327) contribuem para pensarmos os novos modos de subjetivação que culmina no que denominam de "sujeito empresarial", "sujeito neoliberal" ou "neossujeito". Trata-se de novas formas de comportamento, nas quais o sujeito se conduz "realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos" (*Ibid.,* 328).

Não resta dúvidas que esse conjunto de transformações societárias afetam diretamente as lutas de classes do tempo presente. Com isso, os desdobramentos sócio-políticos da "questão social" podem ou arrefecer ou transformar-se em ebulição social ao canalizarem o aguçamento das contradições do capitalismo. Não se trata de um processo simples e imediato, mas da depuração da história em ato.

Marcelo Braz (2012), em análise sobre as lutas de classes no contexto de crise, aponta o predomínio de uma tendência *contrarrevolucionária*. As lutas empreendidas pela classe trabalhadora apresentam-se muito mais na defensiva que na articulação de um projeto societário alternativo ao capital. Contudo, como bem pontua o autor, "a ausência de um projeto societário alternativo não significa a ausência de lutas de classes" (*Ibid*, p. 478).

Não há dúvidas que o declínio das experiências socialistas e o predomínio ideopolítico da hegemonia do capital, estabeleceram um certo esmorecimento às lutas de classes. Não obstante, embora esta quadra histórica tenha apresentado uma onda conservadora e reacionária, é incontestável que desde os anos 1970 e com maior expressividade a partir de 1990, um conjunto de lutas sociais diversificaram o campo de organização política. Tem-se desde as lutas fabris, lutas ambientais, as lutas antirracistas, dos movimentos feministas e de mulheres, pelo direito à cidade e da reforma agrária. Do Ocuppy Wall Street, zapatistas no México, greves dos entregadores de aplicativos no Brasil (2020), black lives matter aos protestos de rua no Chile (2019-2020), na Colômbia (2021) e também no Brasil (2021), apresentam-se novas formas de reivindicações. Há diversas manifestações que nos evidenciam o

perfil das lutas de classes contemporâneas e os chamados *novos* sujeitos. Compete analisar se elas terão como horizonte a transformação social.

Sem cair nas armadilhas de um "presentismo" que nega a história e o sentido do passado "como uma continuidade coletiva de experiência" (HOBSBAWN, 2013, p. 38) e de um saudosismo do passado, são tempos de unificar as lutas, capitalizando as forças sociais para barrar a sanha capitalista e seu caráter destrutivo. Não cabe a ilusão que a saída da crise terá a capacidade de superação da ordem burguesa, tampouco que a "questão social" está superada. O que está no horizonte é capacidade revolucionária de potencializar o aguçamento da "questão social" à sua eversão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretensões de apresentar analises conclusivas, dado que muitas das discussões aqui apresentadas estão sendo maturadas tanto como objeto de estudos, tanto pela própria depuração da realidade em movimento, o intento desse trabalho foi contribuir com o debate teórico-analítico sobre "questão social", na sua determinação material e na história, captando suas expressões contemporâneas, a partir do contexto das transformações societárias, inscritas na crise estrutural do capital.

São notáveis a densidade e consistência das elaborações teóricas no campo do Serviço Social brasileiro acerca da "questão social", fundamentadas na apreensão das contradições inerentes às relações sociais capitalistas e da luta de classes. O acúmulo teórico das últimas décadas possibilitou a construção de referenciais que não se limitaram a explicar suas expressões mais fenomênicas, tais como o desemprego, a pobreza, a fome entre outras, mas situá-la em suas determinações sócio-históricas, na processualidade das relações sociais e nas disputas de projetos societários.

A crise estrutural do capital desencadeou um conjunto de transformações societárias a partir da década de 70, do século XX, que marcaram a totalidade da vida social. A crise não apenas escancarou as bases histórico-concretas da "questão social" quanto lançou aos quatro ventos sua dinâmica sócio-política.

As últimas cinco décadas nos apresentam mudanças substanciais no mundo do trabalho e nas condições de vida da classe trabalhadora. As velhas e novas formas

de exploração do trabalho se condensam e a tríade flexibilização, desregulamentação e privatização corrobora os laços orgânicos do Estado com o capital. Revelam ainda que a face militarizada da vida social não ruiu a “questão social” como “questão de polícia”, o que se apresentou – e com inúmeros limites – foram tentativas de contornar suas expressões por meio de iniciativas minimalistas e fragmentadas.

O que se coloca como desafio do nosso tempo é irromper a barbárie, acumular nossas lutas na direção de um projeto societário alternativo ao capital. Para tanto, é urgente abandonar a ilusão que sob a égide do capital põe-se fim as opressões e a exploração. No sistema sociometabólico do capital, não há emancipação humana possível.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: individuo y sociedade**. Vol. 18, n. 3, nov/2019, p.41-51.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital.1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, pág. 468-492, setembro de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101662820120003000005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 jul. de 2021.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá, SãoPaulo, Xamã,1996.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**. Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, set/dez. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes / Buenos Aires, CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro 1. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete Mota. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações** [Online], 10 | 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/configuracoes/1324. Acesso em 13 jul. 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**, Ano 2. n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.1, p.202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo-20160806040402866151O.pdf. Acesso em 08 jun. 2021.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIMENTEL, Edlene. **Uma "nova questão social"?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SANTOS, Josiane Santos. **"Questão Social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 6).

SILVA, Ivone. M. F. da. **Questão social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2. ed. Mato Grosso: EDUFMT, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. "A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social". **Cadernos Abong**, nº 3. São Paulo, ABONG, 1995.